



RELISE

O CONTEXTO SOCIAL DO EMPREENDEDORISMO E DOS ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES: IMPLICAÇÕES AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO¹

THE SOCIAL CONTEXT OF ENTREPRENEURSHIP AND ENTREPRENEURIAL ECOSYSTEMS: IMPLICATIONS FOR DEVELOPING COUNTRIES

Daniel Gustavo Fleig²

Marcia Regina Ferreira³

INTRODUÇÃO

Para Baker e Welter (2020), contextualizar o empreendedorismo consiste em reconhecer e contabilizar variações e diferenças na natureza, nos padrões e nos significados do empreendedorismo, implicando em uma maior sensibilidade às variações tipicamente ocultas. Para os autores, grande parte da investigação contemporânea sobre empreendedorismo fracassa em negligenciar a maravilhosa diversidade empírica do(s) empreendedorismo(s), em especial os menosprezados, os invisíveis e os silenciados entre os empreendedores.

Neste sentido, Acs e Virgill (2010) destacam a necessidade de uma visão ampliada da teoria do empreendedorismo, compreendendo as consequências e o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento capitalista. A sociedade desempenha um papel importante na resposta a esta questão, pois são as regras formais, instituições informais, governos e características das populações que ajudam ou não, a criar e manter as oportunidades para que o empreendedorismo possa florescer. Deve-se

¹ DOI: doi.org/10.5281/zenodo.11190091

² Universidade Federal do Paraná. fleig@ufpr.br

³ Universidade Federal do Paraná. marciaregina@ufpr.br



RELISE

considerar que a garantia de igualdade de oportunidades numa sociedade do conhecimento, requer que o conhecimento seja criado, compartilhado e aplicado, de forma a gerar benefícios a todos os empreendedores.

Spigel e Harrison (2018) ressaltam que os empreendedores podem ter dificuldade em acessar recursos fora da sua rede imediata de familiares, de amigos, incluindo conhecimentos empresariais críticos e informações sobre novas oportunidades de mercado. Da mesma forma, os ecossistemas podem ser generosos em termos dos recursos disponíveis, mas se suas redes informais ou formais funcionarem mal, poder-se-á transformar em uma barreira que impede a aprendizagem, a partilha e a cooperação entre empreendedores.

A investigação sobre empreendedorismo e Ecossistemas Empreendedores (EEs) tem se concentrado nos últimos anos em “gazelas” ou “unicórnios” e nas empresas com investimentos de capital de risco, apesar de estas serem extremamente raras. Estas literaturas não abordam de forma ampla a totalidade dos contextos dos EEs, não explorando as especificidades em economias emergentes (WURTH; STAM; SPIGEL, 2023), e as externalidades que afetam o empreendedorismo nos países em desenvolvimento (STAM; STEL, 2009).

Em contextos sociais de restrição de recursos e capitais, como dos países em desenvolvimento ou emergentes, observa-se uma lacuna entre o empreendedorismo produtivo e improdutivo. Esta lacuna é causada principalmente pela incerteza do mercado, pela percepção do empreendedorismo político e da corrupção, que liga instituições informais e formais (BELITSKI; GRIGORE; BRATU, 2021). Em países em desenvolvimento, o empreendedorismo necessita ser compreendido a partir da indissociabilidade dos EEs e seu contexto social mais amplo.

Para Spigel (2017), os EEs não significam simplesmente uma região com elevadas taxas de empreendedorismo, pois isso confunde o efeito com a



RELISE

3

causa. Para o autor, os EEs devem ser compreendidos a partir das conexões entre os atributos materiais, sociais e culturais que produzem, e, os benefícios e restrições que proporcionam aos empreendedores. Diante disso, pergunta-se qual a importância do contexto social e do capital social para a compreensão dos EEs em países em desenvolvimento?

O objetivo deste ensaio é abordar o contexto social do empreendedorismo e dos EEs, e as implicações aos países em desenvolvimento. Quanto à estrutura do ensaio, além da presente introdução, está organizado em quatro seções. Na segunda seção, abordam-se o empreendedorismo na sociedade, como resultados da construção social de indivíduos, organizações e instituições. Em seguida, apresenta-se as relações do capital social nas configurações dos atributos dos EEs. Na quarta seção, discute-se as implicações do contexto e do capital social para o desenvolvimento dos EEs em países em desenvolvimento. Por fim, nas considerações finais, destaca-se as contribuições da abordagem do contexto e do capital social na compreensão das externalidades dos países em desenvolvimento aos EEs.

O CONTEXTO SOCIAL DO EMPREENDEDORISMO

As atividades empreendedoras são complexas, um fenômeno multifacetado, e nenhuma disciplina ou esquema conceitual sozinho pode prover um adequado entendimento de todos os aspectos do empreendedorismo na sociedade. Contudo, o contexto econômico ainda tem um peso maior na concepção de sociedade que impacta nas abordagens dos estudos de empreendedorismo, mostrando-se necessária uma abordagem dos efeitos do contexto societal para os talentos individuais.

As ideias seminais de Schumpeter (1942) sobre o empreendedorismo como fonte da inovação e do desenvolvimento econômico são muito relevantes



RELISE

nas abordagens dos estudos contemporâneos sobre empreendedorismo. Quaisquer distinções feitas entre o empreendedorismo, o setor das pequenas empresas, o pequeno capitalismo e o setor informal basear-se-ão no conceito Schumpeteriano de inovação, limitando a compreensão dos tipos de empreendedorismo no crescimento econômico (STAM; STEL, 2009), principalmente nos países em desenvolvimento.

Neste sentido, Van de Ven (1993) enfatiza que o processo social do empreendedorismo é uma conquista coletiva, que exige papéis-chave de numerosos empresários, tanto nos setores público como privado. Este processo generativo tem uma história dinâmica que é importante estudar sistematicamente se quisermos compreender como surgem novas formas de tecnologias, organizações e instituições.

Aldrich e Martinez (2010), ao revisarem o processo de seleção multinível da construção social empreendedora, destacam três níveis diferentes: organizações, populações e comunidades. Os autores enfatizam na sua análise a tensão entre as forças de seleção nos três níveis que afetam as variações de comportamento dos empreendedores. Compreendendo o empreendedorismo como uma comunidade interorganizacional, esta não inclui apenas um conjunto de empresas que produzem produtos similares ou substitutos, mas também muitos outros intervenientes dos setores público e privado que desempenham funções críticas para desenvolver e comercializar uma nova tecnologia.

Aldrich e Martinez (2010) evidenciam que a ação coletiva, no início da vida de uma população, afeta quais empresas prosperam e quais não. Seguindo um argumento evolucionista, mostram que a sobrevivência de uma empresa, população ou comunidade depende tanto da existência de forças ambientais favoráveis, como da eficácia dos empreendedores individuais. Enfatizam a importância da ação coletiva, que depende da psicologia social,



RELISE

para proporcionar aos empreendedores a capacidade de moldar os seus ambientes.

Acs e Virgill (2010), ao examinarem a literatura sobre empreendedorismo nos países em desenvolvimento, destacam uma série de questões que incluem cultura e valores; barreiras institucionais; e adequação da educação e das competências técnicas. Para os autores, o capital social depende do nível de inclusão social de uma sociedade, que determina o grau de confiança de uma determinada cultura. A seguir os EEs são abordados a partir das contribuições da perspectiva teórica do capital social.

O CAPITAL SOCIAL NOS ECOSSISTEMAS EMPREENDEDORES

Para Isenberg (2010), os EEs consistem num conjunto de elementos individuais – como liderança, cultura, mercados de capitais e clientes de mente aberta – que se combinam de formas complexas. Isoladamente, cada um deles conduz ao empreendedorismo, mas sendo insuficiente para sustentá-lo. Para o autor muitos esforços governamentais erram – abordam apenas um ou dois elementos, perseguem um ideal inatingível de ecossistema e buscam melhores práticas em economias completamente diferentes das suas.

A cultura local é socialmente construída pelas ações de governos, dos empreendedores e outros atores do setor privado, bem como do terceiro setor e empreendedores sociais que não visam o lucro. A perspectiva dos EEs reconhece que o empreendedorismo é fundamentalmente mediado dentro de um contexto local (BROWN; MASON, 2017). Para Malecki (2018), os EEs densos criam uma miríade de diferentes espaços sociais: fóruns de rede, clubes de negócios, oportunidades de mentoria e redes de start-up, atuando como uma força vital comunitária que possibilita o desenvolvimento de capital social em uma região. Sendo assim, os empreendedores são fortemente



RELISE

condicionados pelo capital social da comunidade interorganizacional em que estão inseridos.

Para Spigel (2017), a teoria dos EEs deve se concentrar nos seus atributos internos e como diferentes configurações desses atributos reproduzem o ecossistema geral, que fornecem recursos para novos empreendimentos, que de outra forma não poderiam acessar.

Os atributos de um EE podem ser agrupados em três categorias, segundo Spigel (2017): cultural, social e material. Os atributos culturais são as crenças e perspectivas subjacentes sobre o empreendedorismo numa região. Existem dois atributos culturais principais dos EEs: atitudes culturais e histórias de empreendedorismo. Os atributos sociais são os recursos compostos ou adquiridos através das redes sociais dentro de uma região, com destaque para a importância do capital social para o processo de empreendedorismo. Existem quatro atributos sociais principais dos EEs: as próprias redes, o capital de investimento, os mentores e negociadores e o talento dos trabalhadores. Os atributos materiais são aqueles com presença tangível na região, sendo de quatro tipos: universidades, serviços e instalações de apoio, política e governação e mercados abertos.

Spigel (2017) salienta que a importância das relações entre diferentes atributos demonstra que novos atributos materiais, como organizações de apoio ao empreendedorismo, esquemas de investimento em startups ou novos programas e transferência de tecnologia e conhecimento, provavelmente não terão sucesso se não forem sustentados por atributos sociais e culturais complementares.

Nesta direção, Theodoraki, Messeghem e Rice (2018), a partir de suas pesquisas, sugerem que as três dimensões (estrutural, cognitiva e relacional) do capital social são relevantes para o funcionamento eficaz do Ecossistema Empreendedor Baseado na Universidade (EEBU). Os autores enfatizam que a



RELISE

análise a partir da teoria do capital social contribui para a compreensão da sustentabilidade dos EEBU, pois a dimensão estrutural do capital social relaciona-se com o acesso aos recursos; é caracterizada por relações formalmente estabelecidas dentro de uma rede, sua configuração e estabilidade. A abordagem da dimensão cognitiva lança luzes sobre as relações entre os membros do ecossistema, refere-se a objetivos comuns e cultura, línguas e códigos compartilhados. Os objetivos compartilhados centram-se no desenvolvimento de um entendimento comum das realizações e resultados desejados pelos membros, como conhecimento, tecnologia e valor agregado.

A dimensão relacional reforça a necessidade de complementaridade e da confiança à medida que o ecossistema evolui. Esta dimensão refere-se aos ativos comportamentais das relações de um ecossistema, na medida em que os membros consideram as necessidades e objetivos dos demais, incluindo-se aspectos como confiança, normas, obrigações e expectativas dos membros (THEODORAKI; MESSEGHEM; RICE, 2018). Thomas e Autio (2013) destacam que a confiança e a cooperação entre os membros baseiam-se na complementaridade, que se caracteriza por interações cumulativas e sinérgicas entre os membros do ecossistema. Um elevado nível de heterogeneidade entre os membros do ecossistema não apoia a criação de sinergias sem a existência de complementaridade.

Os autores consideram que o empreendedorismo sustentável torna-se uma questão central quando se discute o desenvolvimento econômico regional, num contexto que vise produzir prosperidade socioeconômica e coesão social, através da criação e evolução de empresas sustentáveis (THEODORAKI; MESSEGHEM; RICE, 2018). A seguir são abordados os desafios do contexto e do capital social dos EEs nos países em desenvolvimento.



RELISE

O CONTEXTO E O CAPITAL SOCIAL DOS ECOSISTEMAS EMPREENDEDORES NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

Ao analisarmos as características dos EEs e a sua interligação entre empreendedores e atores dentro dos contextos sociais de países em desenvolvimento, limitados por recursos e capitais escassos, contingenciados por externalidades, destaca-se a necessidade da compreensão do processo histórico do desenvolvimento capitalista destes países.

Neste sentido, a pobreza moderada e extrema continua a ser uma preocupação significativa para muitos países em desenvolvimento, criando externalidades ao crescimento econômico. Tanto os governos nacionais como as principais organizações internacionais, como parte dos seus programas de redução da pobreza, crescimento e desenvolvimento econômico, concentraram-se na melhoria dos ambientes de negócios e de investimento dos países para o empreendedorismo. Acs e Virgill (2010) identificam duas principais externalidades que afetam o empreendedorismo nos países em desenvolvimento.

A primeira diz respeito à externalidade ao conhecimento e informação, que impacta tanto na capacidade dos empresários de descobrir o que produzir, como na disponibilidade de tecnologia e processos utilizados na produção. São causadas por assimetrias de informação, custos de transação, níveis de educação, oportunidades de pesquisa e desenvolvimento e investimento direto estrangeiro. A segunda externalidade refere-se às redes nos países em desenvolvimento, que estão relacionadas tanto com associações de empresários como com agrupamentos de empresas. Cada rede tem propósitos diferentes, revelando a importância sociopolítica dos grupos nos países em desenvolvimento. Cada vez mais, estes grupos são lobistas poderosos a favor da liberalização econômica, em muitos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina. Estes grandes grupos (que frequentemente



RELISE

formam monopólios) são prejudiciais ao desenvolvimento econômico a longo prazo, distorcendo as relações de mercado em detrimento dos pequenos empreendedores, ampliando a informalidade (ACS; VIRGILL, 2010).

Embora os EEs estejam a emergir nos países em desenvolvimento, seu surgimento e fortalecimento são frequentemente ameaçados pela falta de coordenação, pelas fragilidades do sistema educativo e do quadro jurídico. Deste modo, as políticas públicas podem ajudar a impulsionar a emergência de um EE, especialmente em contextos que são moldados por pré-condições econômicas atrasadas e instituições fracas. (PORRAS-PAEZ; SCHMUTZLER, 2019).

Para Porras-Paez e Schmutzler (2019), a Colômbia possui um contexto de atraso no desenvolvimento industrial e de instituições fracas, e neste caso, um ator líder precisa intervir para ajudar no surgimento de um EE. Entretanto, apenas um ator localmente integrado que tenha a dotação de recursos e a legitimidade dos demais atores regionais, pode assumir tal papel. Mais importante ainda, a integração local e a legitimidade do seu papel são um pré-requisito, no caso do contexto da Colômbia, as entidades privadas com funções públicas podem e devem intervir.

Chahine (2021) destaca que embora os EEs nos países desenvolvidos fortaleçam as economias globais, os países em desenvolvimento poderiam empregá-los como uma ferramenta para estabilizar as suas. O caso libanês mostra indicações semelhantes, considerando a disponibilidade de fatores sociopolíticos e socioeconômicos limitantes, como a corrupção, o sectarismo, a aversão ao risco e as mentalidades tradicionais, combinados com infraestruturas empresariais e sociais deficientes. Neste sentido, implicam na utilização de EE em função de problemas e não de oportunidades, alterando suas implicações para países em desenvolvimento com recursos limitados, em comparação com os desenvolvidos.



RELISE

Para Manimala e Wasdani (2015), as economias emergentes estão atualmente a seguir uma estratégia reativa de acompanhar a maré do processo de liberalização, privatização e globalização, ao invés de iniciar inovações e desenvolver oportunidades baseadas nas ideias inovadoras do seu próprio capital humano. Portanto, tem-se uma limitada capacidade do sistema educacional de países em desenvolvimento, em promover a inovação e o empreendedorismo. Com mudanças no sistema educativo, os indivíduos podem desenvolver uma atitude mais pró-ativa em relação à aprendizagem, à inovação e ao desenvolvimento de tecnologia. Faz-se necessário um planejamento proativo e coordenado das políticas de desenvolvimento e de empreendedorismo, de forma articulada com as questões de saúde, saneamento, educação e bem estar.

A abordagem do empreendedorismo e dos EEs requer a avaliação de indicadores sociais, contribuindo no entendimento das externalidades inerentes às desigualdades e à exclusão dos diversos empreendedorismos e sua real contribuição na economia. Precisamos compreender as implicações da qualidade de vida e da cultura da corrupção no desempenho dos EEs dos países em desenvolvimento, principalmente quanto ao empreendedorismo inovador e fonte de desenvolvimento econômico e social (WOODSIDE; BERNAL; CODURAS, 2015).

No caso brasileiro, para Santos, Ziderich e La Rovere (2016), apesar da existência de políticas, programas e instrumentos para apoiar as micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo, muito ainda precisa ser feito para construir um ambiente dinâmico para a consolidação e o crescimento das mesmas. Para os autores, precisamos superar tanto, as armadilhas de um desenvolvimento econômico centrado na exportação de commodities, em estruturas produtivas dominadas por setores com baixo valor agregado; e, das desigualdades socioeconômicas e territoriais que persistem em nosso país.



RELISE

La Rovere, Santos e Matos (2019) abordam que ainda temos muito a explorar acerca da promoção de políticas para o empreendedorismo e suas implicações para a discussão sobre capacidades estatais de integrá-las às demais políticas macroeconômicas. Os autores destacam os desafios da definição conceitual de empreendedorismo e pequenas empresas, impactando nas diferenças de percepções dos agentes envolvidos na sua promoção, trazendo desafios a efetividade das políticas públicas de inovação no Brasil. Neste contexto, Santos, Ziderich e La Rovere (2016) mostram que as instituições envolvidas nas políticas de apoio ao empreendedorismo e às empresas de pequeno porte, são desarticuladas e não costumam trabalhar em rede.

Ao analisar o contexto brasileiro para o desenvolvimento das atividades empreendedoras, os resultados apresentados por Inácio Júnior, Autio, Morini, Gimenez e Dionísio (2016) mostram que nosso ecossistema empreendedor possui uma interação institucional de qualidade média baixa. Tal interação institucional do nosso contexto social acaba sendo o principal gargalo ao desenvolvimento do EE nacional. Portanto, as diferenças entre a qualidade do desempenho do quadro institucional e dos fatores sociais, segundo os autores, promovem o empreendedorismo de baixo impacto socioeconômico.

Os autores destacam a existência deste gargalo em nosso contexto social, refletindo no cenário empresarial e na cooperação inadequada entre universidades e indivíduos-empresários. Ressaltam ainda que as instituições nacionais de ensino e pesquisa não estão voltadas para a formação e desenvolvimento de indivíduos empreendedores, implicando em baixas taxas de empreendedores com formação superior. Neste sentido, as políticas públicas brasileiras deveriam atender às demandas científicas das empresas em um estágio inicial e, desenvolver centros regionais de empreendedorismo, fornecendo inovações radicais ou soluções para as demandas locais



RELISE

(abordagem regional). Suas implicações são a baixa internacionalização de empresas, inovação em produtos e processos, formação de capital humano e de empresas de alto crescimento.

Fleig e Ferreira (2023), ao discutirem os EEs e as configurações territoriais, abordam a importância das interações, da interdependência, do território, das políticas públicas, do capital social e da governança relacional, assim como as diversas formas de conceber o território e os estudos sobre empreendedorismo. Os autores percebem as configurações territoriais e as políticas públicas como elementos basilares para a construção de uma sociedade brasileira mais justa, inclusiva e plural, a qual possa oportunizar uma mudança no contexto nacional do empreendedorismo e consequentemente um desenvolvimento social no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o contexto social do empreendedorismo na construção do capital social nos EEs, e as implicações aos países em desenvolvimento, o presente ensaio busca contribuir em três perspectivas. A primeira contribuição refere-se na compreensão do empreendedorismo como construção social, fruto das instituições formais e informais de cada sociedade. Neste sentido, demonstra que instituições informais, como estabilidade política, controle da corrupção e modelos de comportamento estão relacionadas à atividade empreendedora. Portanto, a abordagem deve contemplar os diversos tipos de empreendedorismo (informal, de gênero, de raça) visto que são uma realidade nos países em desenvolvimento. Em países em desenvolvimento, deve-se considerar as desigualdades nos acessos aos recursos de informação, conhecimento e poder dos empreendedores, frente aos grandes grupos econômicos que distorcem as relações de mercado, ampliando a informalidade.



RELISE

Uma segunda contribuição destaca a importância do capital social nos EEs dos países em desenvolvimento, contudo é importante compreender suas três dimensões: estrutural, cognitiva e relacional. Desta forma, tais capitais incluem recursos e competências econômicas, sociais, culturais e simbólicas, que estão diferencialmente disponíveis para os indivíduos (SPIGEL; HARRISON, 2010). Neste sentido, o acesso a informação, conhecimento e redes formais e informais devem ser compreendidos a partir dos contextos sociais nos quais os empreendedores estão inseridos. Este olhar do capital social sobre o fenômeno do empreendedorismo nos países em desenvolvimento, obriga-nos a revisitar nossa compreensão sobre os EEs, face aos desafios da construção da confiança, redes de reciprocidade e complementariedade entre os empreendedores nestes contextos sociais.

Por fim, busca-se lançar luzes nas diferenças de contextos e sua multiplicidade de tipos de empreendedorismos, que impactam na compreensão dos EEs nos países em desenvolvimento. Para Wurth, Stam e Spigel (2023), poucos estudos investigam os resultados finais de bem-estar dos EEs na sociedade. Deve-se buscar a causalidade ascendente entre EEs e resultados de bem-estar, a partir dos indicadores macroeconômicos tradicionais, incluindo produtividade, valor agregado bruto, PIB e emprego. Aqui acrescentamos ainda os índices de vulnerabilidade social, de informalidade e sustentabilidade, que devem ser compreendidos não apenas como variáveis dependentes, mas como centrais nas abordagens de empreendedorismo e EEs, especialmente nos países em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACS, Z. J.; VIRGILL, N. Entrepreneurship in developing countries. In ACS, Z. J; AUDRETSCH, D. B. (Eds.), **Handbook of Entrepreneurship Research: An Interdisciplinary Survey and Introduction** (p. 485-515). (2010) Springer US.



RELISE

14

ALDRICH, H. E.; MARTINEZ, M. Entrepreneurship as Social Construction: A Multi-level Evolutionary Approach. In ACS, Z. J; AUDRETSCH, D. B. (Eds.), **Handbook of Entrepreneurship Research: An Interdisciplinary Survey and Introduction** (p. 359-399). (2010) Springer US.

BAKER, T.; WELTER, F. **Contextualizing Entrepreneurship Theory**. New York: Taylor & Francis, 2020.

BELITSKI, M.; GRIGORE, A. M.; BRATU, A. Political entrepreneurship: Entrepreneurship Ecosystem Perspective. **International Entrepreneurship and Management Journal**, n. 17, p. 1973-2004, 2021.

BROWN, R.; MASON, C. Looking inside the spiky bits: a critical review and conceptualisation of entrepreneurial ecosystems. **Small Bus Econ**, 2017.

CHAHINE, S. Interconnectedness in Entrepreneurial Ecosystems: A Social Capital Perspective. University of Southampton **(Thesis)**. Southampton Business School, 2018.

FLEIG, D. G.; FERREIRA, M. R. Configurações Territoriais e Ecossistemas Empreendedores: algumas aproximações necessárias. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, EE, p. 81-102, jul, 2023.

INÁCIO JÚNIOR, E.; AUTIO, E.; MORINI, C.; GIMENEZ, F. A. P.; DIONISIO, E. A. Analysis of the Brazilian entrepreneurial ecosystem. **Desenvolvimento em Questão**, n. 37, p. 5-36, 2016.

ISENBERG, D. How to Start na Entrepreneurial Revolution. **Harvard Business Review**. June, p. 1-11, 2010.

LA ROVERE, R. L.; SANTOS, G.; MATOS, L. I. Percepções sobre políticas para a promoção do empreendedorismo no Brasil e suas implicações para a discussão sobre capacidades estatais. **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, 2019, p. 29-47.

MALECKI, E. J. Entrepreneurship and entrepreneurial ecosystems. **Geography Compass** (2018).

MANIMALA, M. J.; WASDANI, K. P. Emerging Economies: Muddling Through to Development. In: MANIMALA, M. J.; WASDANI, K. P. (Orgs.). **Entrepreneurial Ecosystem: perspectives from Emerging Economies**. New Delhi, Springer, 2015, p. 3-53.



RELISE

PORRAS-PAEZ, A.; SCHMUTZLER, J. Orchestrating an Entrepreneurial Ecosystem in an emerging country: The lead actor's role from a social capital perspective. **Local Economy**, 2019, Vol. 34(8) 767–786

SANTOS, G. O.; ZIDERICH, T. T. R.; LA ROVERE, R. Obstáculos, Desafios e Propostas para a consolidação das Políticas de Apoio às Empresas e ao Empreendedorismo no Brasil. In: GOMES, R. (org.) **Inovação, Indústria, Comércio e Desenvolvimento: Tendências, desafios e perspectivas: Anais do XVII Seminário de Jovens Pesquisadores**; Araraquara, 2016.

SPIGEL, B. The relational organization of entrepreneurial ecosystems. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 41, n. 1, p. 49-72, 2017.

SPIGEL, B.; HARRISON, R. Toward a process theory of entrepreneurial ecosystems. **Strategic Entrepreneurship Journal**, n. 12, p. 151–168, 2018.

STAM, E.; STEL, A. V. Types of Entrepreneurship and Economic Growth. **Research Workshop on Entrepreneurship, Technological Innovation, and Development**. UNU-MERIT Working Paper n. 49, 2009.

THEODORAKI, C.; MESSEGHEM, K.; RICE, M. P. A social capital approach to the development of sustainable entrepreneurial ecosystems: an explorative study. **Small Business Economics**, v. 51, n. 1, p. 153-170, 2018.

THOMAS, L. D., AUTIO, E. The fifth facet: the ecosystem as an organizational field. In **Proceeding of the Conference on DRUID Society: Innovation and Entrepreneurship Group Working Papers**. Copenhagen: CBS, 2013.

VAN DE VEN, A. The development of an infrastructure for entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**. N. 8, p. 211-203, 1993.

WOODSIDE, A. G.; BERNAL, P. M.; CODURAS, A. The general theory of culture, entrepreneurship, innovation, and quality-of-life: Comparing nurturing versus thwarting enterprise start-ups in BRIC, Denmark, Germany, and the United States. **Industrial Marketing Management**, v. 53, p. 136-159, 2015.

WURTH, B.; STAM, E.; SPIGEL, B. Entrepreneurial Ecosystem Mechanisms. **Foundations and Trends in Entrepreneurship**: Vol. 19, No. 3, p. 224–339. 2023.